

**A construção
de um exilado
político:
autobiografia
e biografia do
ex-presidente
João Café
Filho**

**Paulo Rikardo
Pereira Fonseca da
Cunha¹**



**The construction
of a political exile:
autobiography and
biography of the
ex-president João
Café Filho**

¹ Doutorando do PPGH/UFF. Professor do Instituto Federal do Rio Grande do Norte. E-mail: prpfc1@yahoo.com.br

Resumo

Este artigo pretende fazer uma reflexão sobre as tensões teórico metodológicas existentes entre os conceitos de biografia e autobiografia por meio da análise do livro de memórias do ex-presidente Café Filho, procurando entender que tipo de personagem construiu em seus escritos. Pretendemos compreender como uma vida pode se transformar numa autobiografia e quais foram os motivos que levaram esse indivíduo a escrevê-la. Ele descreveu sua trajetória agenciando lembranças e esquecimentos para monumentalizar uma memória de si como político perseguido e exilado. Narrou sua vida de um momento privilegiado, o fim de sua carreira, criando uma história coerente com começo, meio e fim, dando uma linearidade que não existe na trajetória das pessoas.

Palavras-chave: Café Filho; Escrita de si; Biografia.

Abstract

This article intends to reflect on the theoretical methodological tensions existing between the concepts of biography and autobiography through the analysis of the memories of the ex-president Café Filho, seeking to understand what type of character he built in his writings. We aim to understand how a life can become an autobiography and what were the reasons that led this individual to write it. He describes his trajectory, managing memories and forgetfulness to monumentalize a memory of himself as a persecuted and exiled politician. He narrated his life from a privileged moment, the end of his career, creating a story coherent with beginning, middle and end, giving a linearity that does not exist in people's trajectories.

Keywords: Café Filho; Self-writing; Biography.

Introdução

Mantinha-me em casa a contemplar os gorros vermelhos da polícia especial, que me lembravam os quepes, do mesmo escarlate, da cavalaria de Natal, no ano de 1923, quando iniciava a minha vida pública, no jornalismo de combate, na oposição dos comícios e nos sindicatos, que organizara e em que liderara a primeira greve operária na história do Rio Grande do Norte. A evocação inspirada pelo colorido dos quepes, se a mim me propiciava reexaminar o ciclo da minha agitada existência, concluindo pela fidelidade às suas origens [...] (CAFÉ FILHO, 1966, p. 603)

Ao começar este texto apresentando como epígrafe um trecho do livro de memórias do ex-presidente João Café Filho, no qual ele relata como foi sua vida após o seu impedimento, tenho dois objetivos em mente. O primeiro seria apresentar o meu objeto de investigação, a vida de Café Filho, a qual, o próprio sintetizou no referido trecho. Colocando-se como um indivíduo que ao longo de sua existência lutou contra os poderes constituídos, se apresentando como um perseguido desde a sua juventude, afirmando, inclusive, que se manteve fiel a suas origens. A partir dessa constatação, podemos partir para o segundo motivo que me fez começar o texto com as memórias desse político, que seria procurar entender como uma vida se torna uma autobiografia, isto é, como um sujeito escreve a si mesmo? A essa indagação poderíamos acrescentar outra, o que leva um indivíduo a escrever sobre si?

Dessa forma, pretendo neste artigo fazer uma reflexão sobre as tensões teórico metodológicas existentes entre os conceitos de biografia e autobiografia por meio da análise do livro de memórias de Café Filho, *Do sindicato ao Catete*, buscando responder que tipo de personagem de si ele construiu em seus escritos. Pensar os cruzamentos entre biografia e autobiografia permite-nos entender melhor a problemática que envolve o entrelaçamento das categorias *indivíduo* e *sociedade*. Estas últimas entendidas aqui neste texto, como categorias inseparáveis, porque não é possível entender a sociedade se não analisarmos os sujeitos que a compõe, e, por outro lado, não dá para pensar os indivíduos sem procurar entendê-los inseridos numa sociedade que os constrói (ELIAS, 1994).

Assim, pensar sobre biografias e autobiografias nos auxilia a promover uma reflexão de como cada sociedade “nomeou, compreendeu, re-presentificou e fez significar as ações humanas” (GONÇALVES, 2020, p. 66). Entender o contexto de produção dos seus escritos e a construção de si que fez Café, nos auxilia a compreender melhor determinados embates políticos que se faziam presentes em meados da década de 1950 no Brasil.

Por que narrar uma vida? *Do sindicato ao Catete*, memórias de um ex-político

O livro *Do sindicato ao Catete: memórias políticas e confissões humanas* de Café Filho foi publicado em 1966 dentro da Coleção Estudos Brasileiros da editora José Olympio. Esta coleção, inaugurada em 1936, tinha por objetivo apresentar obras que interpretassem a sociedade brasileira. Ao longo de sua existência foram publicadas mais de 200 obras de escritores e intelectuais consolidados e respeitados nacionalmente (FRANZINI, 2013). Desse modo, o livro de Café já se inseria como uma “peça” desse projeto editorial de interpretação do país.

O diretor da coleção, Afonso Arinos de Melo e Franco, enfatizou o lugar de relevo do livro de Café, pois interpretava com agudeza os lances mais importantes da atormentada vida republicana brasileira. Ressaltou que essas memórias seriam importantes, pois, mostrariam as transformações de uma época, assim como os episódios narrados demonstrariam a permanente crise das instituições brasileiras. Para ele, *Do sindicato ao Catete* se constituía como um livro de interpretação vívida dos acontecimentos políticos do país na primeira metade do século XX.²

Nesse sentido, alguns artigos da imprensa³ colocaram o livro de Café como um importante testemunho das transformações sociais ocorridas na vida pública brasileira. O livro figurou como uma das melhores publicações do ano de 1966, ao lado de obras de literatos da qualidade de João Cabral de Melo e Neto e Jorge Amado. Em concurso organizado pelo *Jornal do Brasil* entre intelectuais e jornalistas, *Do sindicato ao Catete*, juntamente com o livro *A Juventude sem amor* de Fernando Pinto, foi consagrado como a melhor reportagem/depoimento do ano de 1966 (JORNAL DO BRASIL, 02.01.1967).

Também integrou as listas de best-sellers nacionais do *Diário de Notícias* (26.02.1967). No mês de fevereiro de 1967, apareceu como o quarto livro mais vendido nas principais livrarias do Rio de Janeiro e o quinto das livrarias de Belo Horizonte. Embora não se arroube a nenhuma pretensão literária, o livro de Café

² As análises aqui apresentadas foram discutidas a partir do prefácio de Afonso Arinos a própria obra de Café.

³ A divulgação e/ou resenha do livro de Café, para ficar em apenas alguns exemplos, foram evidenciadas nas edições do dia 29 de dezembro de 1966 e de 2 de janeiro de 1967 do *Jornal do Brasil* (RJ); no dia 29 de dezembro de 1966 no *O Jornal* (RJ); e no *Diário de Notícias* (RJ) no dia 26 de fevereiro de 1967.

encontrava-se como uma publicação de relativo destaque no período da publicação. O que explica esse interesse por sua obra?

Um dos motivos de seu sucesso foi fazer parte de uma prestigiosa coleção de uma grande editora, o que, provavelmente, ajudou bastante na divulgação e difusão dessas memórias. Seus escritos memorialísticos se afinam com os interesses editoriais da coleção *Documentos Brasileiros*. Da mesma forma, apresentar a interpretação dos recentes acontecimentos políticos pelos “olhos” de um ex-presidente da república seria uma ótima receita de vendas, por causa do momento político pelo qual o país atravessava. Governado por militares que tomaram o poder por meio de um golpe de estado, ler o depoimento de um ex-presidente da república, que também foi afastado por meio de uma intervenção militar, se tornava no mínimo curioso. Além disso, o interesse de ver os bastidores do poder ou os relatos íntimos de alguém que ocupou o cargo máximo do executivo atraía muitos leitores que acreditavam estar tendo acesso ao passado como “ele realmente aconteceu”.

Não é de hoje que o mercado editorial e o público se interessam por relatos biográficos. Em diferentes momentos históricos, em diversas sociedades, as biografias foram produzidas de diferentes formas e se prestaram aos mais variados usos. O historiador François Dosse afirma que “todas as gerações aceitaram a aposta biográfica” (DOSSE, 2009, p. 11), mas produziram biografias dentro de determinados paradigmas. Em cada momento histórico um tipo diferente de biografia foi escrito, no entanto, Dosse deixou claro que esses diferentes tipos poderiam se combinar e aparecer no curso de um determinado período (DOSSE, 2009, p. 13).

No esteio das transformações ocorridas entre os séculos XVIII e XIX houve a popularização dos escritos biográficos. Segundo Marcia Gonçalves, a crença no “sujeito individual, autônomo, racional, livre e autodeterminado” (GONÇALVES, 2020, p. 64), que se disseminou nas sociedades europeias pós-iluminismo e pós-revoluções burguesas, levou o aumento de produção de biografias e sua diversificação. Ao longo do século XIX, dois modelos de produção biográfica prevaleceram. Um deles mais próximo do saber histórico produzido por especialistas, procurava dar uma dimensão mais realista ao relato biográfico, buscando fontes e documentos que comprovassem a vida do sujeito. Já o outro modelo sugeria que as biografias deveriam ter um caráter mais pedagógico, abusando, assim, como na literatura, da imaginação e do uso de alegorias, servindo mais para sensibilizar do que para informar “o passado como ele

realmente foi”. Nesse momento, de eclosão dos movimentos nacionalistas na Europa, as biografias serviram também a construção de memórias nacionais. Passaram assim a ter um papel de destaque na construção dos heróis que encarnavam a história da nação (GONÇALVES, 2020).⁴

Com o desenvolvimento da história, como saber disciplinar, houve uma aproximação com as nascentes ciências sociais, que buscavam impor ao estudo do social os paradigmas das ciências da natureza. Essa guinada da história às ciências sociais, provocou uma “desertificação do passado”, expressão utilizada pela historiadora Sabina Loriga para se referir ao movimento de abandono “do singular e do único”, os indivíduos não eram mais pensados como sujeitos que agiam sobre o curso dos acontecimentos, mas como o “exemplar” de um grupo específico (SOUZA, LOPES, 2012, p. 29). Todavia, alguns autores continuaram acreditando que o mundo histórico era “criativo, produtivo, e que essa qualidade não repousa sobre um princípio absoluto, mas procede da ação recíproca dos indivíduos” (LORIGA, 2011, p. 16). Criticavam a construção monolítica de uma história objetiva que cristalizava o passado, na qual os indivíduos tinham sido apagados.⁵

Durante o século XX, a biografia foi gradativamente se tornando símbolo de uma história ultrapassada. No esteio da difusão da escola dos Annales e de uma historiografia marxista, houve nas pesquisas históricas uma submissão dos indivíduos as forças coletivas. Esse debate chegou ao Brasil, durante os anos 1950 e 1960, o que causou uma remodelação nas funções e nos usos dos escritos biográficos e, conseqüentemente, da história como disciplina (GONÇALVES, 2020, p. 79).

A obra de Café se inseria nesse contexto, no qual os escritos biográficos faziam sucesso entre o público leitor, figurando por vezes entre os mais vendidos, mas, por outro lado, despertavam pouco interesse acadêmico, pois eram considerados textos menores. No entanto, ao escrever, Café Filho não estava interessado em se prender ao rigor acadêmico, nem fazer uma obra de historiador: ele queria se explicar.

⁴ Esta discussão sobre as escritas biográficas e a historiografia no século XIX e XX, é amplamente inspirada nas obras: GONÇALVES, Marcia de Almeida. A morte e a morte da biografia. In: OLIVEIRA, Rodrigo Perez; SILVA, Daniel Pinha. (org.). *Tempos de Crise. Ensaios de História Política*. 1ed. Rio de Janeiro: Autografia, 2020, p. 63-92.; SOUZA, Adriana Barreto de; LOPES, Fábio Henrique. Entrevista com Sabina Loriga: a biografia como problema. *História da Historiografia*, n. 9, Ouro Preto, 2012, p. 26-37.; LORIGA, Sabina. *O pequeno X: da biografia à história*. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

⁵ Loriga trabalha em sua obra *Pequeno X* com: os historiadores Thomas Carlyle, Wilhelm von Humboldt e Friedrich Meenecke; o historiador da arte Jacob Burckhardt; o filósofo Wilhelm Dilthey; e o escritor Leon Tolstoi.

Ele começou suas memórias com uma introdução intitulada “Explicação”. Nela, confidenciou que o texto que se seguiria não era nenhum relato oficial, mas sim uma espécie de confissão da sua experiência humana. Admitia que ao longo de sua vida nunca pretendia escrever uma autobiografia, mas que o projeto foi sendo amadurecido a partir de diversas influências. Contou que dois motivos principais foram o estopim para a sua escrita.

Primeiramente, queria dirimir as distorções sobre sua passagem na presidência na República, que foi marcada por uma ruptura institucional liderada por setores do exército. Seus adversários creditavam a Café a participação na articulação de um golpe cuja finalidade seria não dar posse ao próximo presidente, no caso Juscelino Kubitschek. Portanto, para seus detratores, o impedimento de Café pressionado por setores do exército foi um contragolpe necessário para dar posse aos eleitos. Por sua vez, *Do sindicato ao Catete*, ao longo de seus 27 capítulos, procurou explicar como seu escritor sofreu um golpe do seu Ministro de Guerra, o general Henrique Teixeira Lott. Indivíduo que, apesar de ter tido sua confiança, o traiu. Foi essa a narrativa que quis construir, a de um presidente que foi golpeado.

O segundo motivo que o levou a escrever, está ligado ao primeiro. Quer que seu filho preserve a sua memória e o defenda dos “julgamentos falsos ou facciosos”. Afirmou que suas memórias se constituem “numa documentação tão completa quanto possível, capaz de habilitá-lo [seu filho] a me julgar, agora e no futuro” (CAFÉ FILHO, 1966, p. 4). Segundo ele mesmo, procurou valorizar sua experiência “em relatos fiéis e sugestivos” (CAFÉ FILHO, 1966, p. 6). Portanto, ele buscou cristalizar uma imagem de si para posteridade. Seria o relato real do que aconteceu com ele e do que aconteceu durante seu conturbado final de governo. Para dar mais credibilidade a sua narrativa, recorreu a pesquisas na imprensa e entre os que conviveram com ele. Assim apresentou mais “provas” da veracidade de seu relato.

Café Filho escreveu suas memórias aos 66 anos. Nessa época era ministro do Tribunal de Contas da União do estado da Guanabara. Cargo que exercia desde 1961, quando foi indicado pelo governador Carlos Lacerda, político da UDN responsável por incitar e organizar golpes durante o período da quarta república (1945-1964). Inclusive tendo participação nos acontecimentos que levaram o general Lott intervir contra o governo de Café.

Após a sua queda, em 1955, numa espécie de autoexílio, Café abandonou a vida política. Não aceitou mais concorrer a nenhum cargo eletivo, apesar dos convites, não voltou a imprensa, rejeitou até mesmo, um cargo de embaixador. Essa renúncia espontânea se constitui um exílio de si, houve uma fratura profunda entre o seu antigo “eu” e o que se tornou após o impedimento. Ao analisar suas memórias, percebemos a construção de si como político “desde sempre”, ao enfatizar não seu nascimento biológico, mas sim seu nascimento político, ao lado dos trabalhadores de Natal organizando greves e publicando artigos contrários aos governadores que presidiam o Rio Grande do Norte na década de 1920. Para ele o nascimento mais importante foi o político. Assim, a abdicação da política se estabeleceu como uma ruptura com o que ele considerava ser sua verdadeira vida. Por isso, essa sua renúncia da política se estabeleceu como um exílio, isto é, um abandono da sua antiga forma de viver: “Mas não me foi fácil desligar-me da política. Representou para mim um drama, um esforço íntimo tão grande quanto praticá-la” (CAFÉ FILHO, 1966, p. 79).

Aqui é interessante entender um pouco a trajetória de vida de Café Filho, antes de nos atermos ao personagem de si que ele criou na sua autobiografia. Compreender como que esse político que começou sua vida na organização de sindicatos no Rio Grande do Norte, entusiasta da “Revolução” de 1930 e do governo de Vargas, finalizou sua carreira política acusado de tramar juntamente com alguns membros da UDN um golpe de Estado.

Café Filho: uma vida em muitos atos

João Fernandes Campos Café Filho teve uma vida política bastante agitada. Nasceu em Natal, no ano de 1899, no seio de uma família protestante de classe média. Começou a envolver-se com política na década de 1920, por meio de algumas frentes: a primeira foi por meio da atuação como advogado na defesa dos trabalhadores de Natal; a segunda através da organização de movimentos grevistas e de “sindicatos”; a terceira por meio da imprensa; e a quarta organizando a oposição ao sistema político de então. Cada uma dessas frentes se relacionava com as outras, havendo uma articulação entre elas. Suas ações acabaram gerando uma série de violências contra si: empastelamento do seu jornal, expulsão do estado, prisão e agressões físicas. Assim, ao longo da década de 1920, foi se estabelecendo como uma das principais lideranças oposicionistas do Estado.

Em 1930, aliou-se ao movimento que derrubou o presidente Washington Luiz. No início dessa nova década, continuou a atuar como um organizador do movimento operário, mas dessa vez atrelando as diretrizes do movimento as determinações do recém-criado Ministério do Trabalho. Nesse momento, deixou de estar na oposição e passou a ocupar cargos na administração do Estado. Foi por duas vezes chefe de polícia (1930-1931/1932-1933), sendo inclusive o responsável por perseguir sindicatos e associações de trabalhadores lideradas por comunistas, seus antigos aliados. Adepto do governo de Getúlio Vargas, se elegeu para a Câmara Federal em 1935. No entanto, no decorrer do mandato passou a fazer severas críticas as ações de Vargas, as quais lhe valeram um período de exílio na Argentina, que foi bem penoso para ele.

Após a queda do Estado Novo, elegeu-se novamente como deputado Federal (1946-1950) pelo Partido Social Progressista (PSP), legenda liderada pelo político paulista Ademar de Barros. Tendo uma atuação de destaque na câmara, que lhe valeu reconhecimento nacional. Por ocasião das eleições presidenciais de 1950, acordos políticos o colocaram como vice na chapa encabeçada por Getúlio Vargas. Depois do suicídio do então presidente, Café Filho assumiu o cargo. Fez uma administração austera, baseada na contenção de gastos e controle das contas públicas. Foi aliado de alguns nomes ligados a União Democrática Nacional (UDN), mesmo evidenciando que seu governo foi caracterizado por equilibrar as principais forças políticas do país. O fim do seu governo foi dramático, pois uma sedição de alguns setores militares o proibiu de retornar ao cargo após um período afastado para tratar de problemas de saúde.

Ao apresentar a vida de um indivíduo devemos tomar cuidado com os “desde sempre” e os “sempre” como nos alerta Bourdieu no seu texto *A ilusão biográfica* (BOURDIEU, 1996, p. 184). Pois os indivíduos são múltiplos, constituídos por diferentes identidades, que estão em constante mudança ao longo de sua trajetória de acordo com suas diferentes experiências. Os indivíduos não sabem as consequências futuras de suas escolhas no presente. Existem, ao longo de uma trajetória, diversos momentos de inflexão e de escolhas. As pessoas fazem escolhas que vão definir suas identidades posteriormente. Assim, podemos refletir como Café Filho, que emergiu politicamente como liderança do movimento operário, acabou sua vida política, mantendo laços estreitos com a UDN? Não foi um caminho linear e

progressivo, não foi “desde sempre” que ele estava destinado a presidência ao lado da UDN. Em sua vida, ele fez diversas escolhas, que abriram possibilidades para a construção de identidades conflitantes.

De tal forma, o Café de 1930 não imaginava que o governo, que ajudou a colocar no poder, seria o mesmo que o forçaria a partir para um exílio em terras argentinas. Escolheu a “revolução em 1930”, o sindicalismo oficial, se tornou um Deputado Federal governista, mas no meio de sua legislatura acabou se indispondo com o governo Vargas. Passou a criticar a escalada autoritária que vivia o Brasil. Por meio das ferramentas de análise que tinha na época passou de deputado governista a opositorista. Ele fez escolhas que o levaram ao exílio. Por sua vez, nas eleições de 1950, acabou se transformando no candidato à vice-presidência numa chapa encabeçada pelo homem responsável por seu exílio. Essa escolha o levou a presidência da República, após o suicídio do titular. Uma vida definitivamente não segue um caminho homogêneo, sem contradições, nem está livre da influência dos acasos.

Escolhas são feitas dentro de um sistema de possibilidades. Por mais fechada que seja uma sociedade, sempre há espaço para as escolhas individuais. Geovanni Levi adverte, que a biografia se constitui num campo ideal para verificar a liberdade dos sujeitos, em suas escolhas e dilemas, ao mesmo tempo, que possibilita a observação de como funcionam os sistemas normativos que constituem a sociedade (LEVI, 1998, p. 180). Dentro desse sistema normativo, que apresenta múltiplas possibilidades, o sujeito se constrói. Por isso, a biografia se torna um terreno ideal para discutir a relação dos indivíduos e a sociedade e entender melhor como as pessoas se individualizam.

Indivíduo e sociedade se constroem mutuamente, isto é, “toda sociedade humana consiste em indivíduos distintos e todo indivíduo humano só se humaniza ao aprender a agir, falar e sentir no convívio com os outros” (ELIAS, 1994, p. 27). Para Elias, o modo como as pessoas se comportam é determinado a partir das experiências pretéritas com outros sujeitos, fazendo confluir identidades conflitantes.

Café Filho por mais singular que ele tenha sido, teve uma composição específica que partilhava com outras pessoas. Café compartilhava um *habitus*, isto é, um substrato comum sobre o qual os sujeitos constroem suas diferenças em relações aos outros (ELIAS, 1994, p. 150). Assim, o indivíduo se constitui como um ponto,

onde múltiplas influências se encontram, ele se acha ligado aos outros por uma rede de relacionamentos, que, por seu turno, tem suas próprias leis que deixam margem para a atuação.

Em suas memórias tentou construir uma imagem coerente, na qual todas as suas ações possuíam um sentido que se ligavam ao todo maior de sua vida. Mas a trajetória desse indivíduo, como a de todos os outros, esteve repleta de percalços e momentos de inflexão. No contexto específico da Primeira República, podemos perceber esse indivíduo em um momento no qual a cidade de Natal crescia em número de habitantes, e que ideias tenentistas e comunistas circulavam entre as “camadas médias urbanas” e entre os trabalhadores. Sua resposta a tudo isso foi se estabelecer como um político opositor, responsável pela organização dos trabalhadores e atacar os poderes constituídos em artigos da imprensa. Trinta anos depois, após a queda do Estado Novo, momento no qual houve uma relativa ampliação da cidadania – no que tange ao direito de votar e ser votado –, no qual parcela considerável dos trabalhadores urbanos eram segurados por direitos, onde surgiram de maneira mais organizada, partidos políticos de abrangência nacional. Nesse outro período, Café Filho já se construiu não mais como líder sindical, mas como um Presidente da República afinado com os ideais conservadores e liberais da UDN.

A vida, assim, se mostra como um campo de possibilidades e conflitos em aberto. Não há um único caminho para se trilhar, não há um sentido único, mesmo que suas memórias tentem mostrar o contrário. O destino de cada indivíduo é influenciado pela sociedade na qual ele vive. O contato com outras pessoas de certa forma constrói a personalidade dos sujeitos. Assim, desejos e sonhos são construídos por base nas vivências dos indivíduos na sociedade. Vão sendo definidos e redefinidos ao longo de suas existências (ELIAS, 1995, p. 13).

A vida de Café não seguiu uma direção única com um final já premeditado, mas se constituiu como uma construção incerta, marcada pela sua vontade individual, sua sociedade e pelo acaso. O historiador Benito Schmidt escreve que o biógrafo deve recuperar o “drama da liberdade” dos personagens, isto é, é necessário demonstrar as incertezas, oscilações, as incoerências e o papel do acaso nas trajetórias (SCHMIDT, 2004, p. 139). No entanto, essas incertezas, essas múltiplas identidades

e as contradições não aparecem quando Café Filho rememora sua trajetória de vida em sua autobiografia.

Entre perseguições e exílios: a construção política de si

Dos vinte e sete capítulos que compõe a obra *Do sindicato ao Catete*, apenas no primeiro capítulo e na sessão “Explicação” Café Filho abordou sua família. As discussões que encontramos no seu texto são em sua grande maioria voltadas para a sua carreira política. Temos um texto sobre sua vida política. Mas não há uma divisão equânime dos momentos de sua trajetória. Para narrar cinco anos específicos de sua vida ele se alonga por vinte capítulos. A maior parte do livro compreende o período em que ele ocupou os cargos de vice-presidente e presidente (1950-1955). Privilegia esse momento de sua existência, pois o seu grande objetivo se constituía em explicar o movimento que acabou repentinamente o seu curto governo.

Do mesmo modo, ele buscou cristalizar uma determinada memória de si e de seu governo. Pretendeu construir uma identidade de si mesmo estável, que não mudou ao longo do tempo. Quando o último capítulo fez alusão ao primeiro, comparando a violência policial que sofreu durante o seu impedimento com a violência da época que organizava greves em Natal, houve uma tentativa de construir um “desde sempre”: “pessoalmente, eu era um homem de hábitos simples, que vivera sempre no meio do povo. Fizera uma carreira política vindo de baixo, da luta, do ostracismo, do exílio e da pobreza” (CAFÉ FILHO, 1966, p. 397). Ou seja, um político opositor perseguido por causa de suas posições políticas e de suas virtudes.

Nos seus escritos uma linha de sentido percorre toda sua vida. A marca da perseguição e do exílio dão a tônica a sua narrativa. Até mesmo quando fala de sua infância, recorre ao seu espírito inquieto e as perseguições que sofreu. Enfatizou que foi ainda na escola que nasceu seu “espírito de luta e rebeldia”. Gradualmente foi se transformando de uma “criança sossegada” em um “menino irrequieto e revoltado”, a “agitação” passou a ser o seu ‘clima”, colocando-se como oposição as injustiças cometidas pelo diretor do estabelecimento de ensino (CAFÉ FILHO, 1966, p. 16). Para reforçar essa narrativa, também lembrou o exemplo da professora Albertina Avelino, que se recusou a participar de uma cerimônia em homenagem ao presidente Afonso Pena, pois seu pai, o jornalista Pedro da Costa Avelino, era um ferrenho crítico do governo. Café narrou esse episódio com emoção, lembra como na época se

emocionou com aquele exemplo de coragem, num momento em que vinganças e perseguições políticas eram avassaladoras (CAFÉ FILHO, 1966, p. 15).

A escrita de suas memórias foi instrumentalizada a partir das múltiplas recordações sociais que carregava consigo. O passado, de tal modo, foi racionalizado por meio do presente (PORTELLI, 1993, p. 51). Como homem político, mesmo afastado da vida política, Café buscou a construção de um personagem. E essa construção do político, para nos utilizarmos do pensamento de Dominique Damamme, se “serve de tipificações como os do militante, do parlamentar ou do estadista, que tornam lógica e cronologicamente coerentes seus atos, aos olhos dele mesmo e dos outros” (DAMAMME, 1994, p. 184 apud DOSSE, 2009, p. 320).⁶

Café se utiliza da tipificação do “político opositor”, aquele que não se conforma com as injustiças e por isso sofreu várias violências ao longo de sua trajetória. Essa tipificação perpassa o livro todo e é acentuada pela evidenciação de todas as violências que sofreu. O sujeito que lembra no futuro de acontecimentos passados, faz uma seleção do que lembrar e do que esquecer. A memória se apresenta como “um processo individual, que ocorre em meio social dinâmico” (PORTELLI, 1997, p. 16), isto é, a memória se constitui como uma construção social. As pessoas constroem sua memória dentro das interações sociais, assim, lembrar ou esquecer são atividades que estão intimamente ligadas a temporalidade e aos grupos aos quais pertencem os indivíduos. Essas duas dimensões da memória, lembrar e esquecer, não são antagônicas. Para Todorov, existe interação entre a supressão e a conservação de lembranças. Algumas lembranças são conservadas, outras não. Portanto, há uma escolha, consciente ou não, do que vai ser rememorado a partir de critérios subjetivos (TODOROV, 2000, p. 15-17).

Ao mesmo tempo que evidencia as violências sofridas, “esqueceu” de outros momentos, nos quais não estava mais na condição de vítima, mas de algoz. Em sua autobiografia, narrou que foi escolhido como chefe de polícia do estado por causa de sua liderança frente aos trabalhadores e seu prestígio popular. Embora os militares não aprovassem sua nomeação e atos frente a polícia, se manteve no cargo durante a interventoria de Irineu Jofilli (out. 1930 – jan. de 1931). Ressaltou que num momento de transição, como o que viviam, invocar a lei e o aparelhamento policial de nada

⁶ No original: “[...] l'homme politique est un auteur en quête d'un personnage: **il se sert de typifications comme celles de militant, de parlementaire, voire d'homme d'État, qui contribuent à rendre logiquement et chronologiquement cohérentes ses actions, à ses yeux et aux yeux des autres.**”

serviria para acalmar os ânimos. Para conter a convulsão social, Café relatou que se encontrava “em condições de restabelecer e manter a disciplina e a ordem, simplesmente me dirigindo ao povo, que conhecia os meus atos e obedecia à minha palavra” (CAFÉ FILHO, 1996, p. 70).

No entanto, outras narrativas vão de encontro a “lembrança” de Café. Para José Praxedes, um dos fundadores da seção do Partido Comunista em Natal, Café Filho era uma pessoa sem escrúpulos, que só se preocupava em se promover para assumir o poder. Assim nas narrativas desse sapateiro comunista, ele se constituía num grande traidor do movimento operário, pois virou as costas para aqueles que o ajudaram no passado. Na década de 1920, os comunistas organizaram juntamente com Café e seus correligionários uma Federação de Trabalhadores que se opunha ao governo (OLIVEIRA FILHO, 1985).

Café e os comunistas tinham uma relação pacífica de tolerância que após a sua subida a chefia de polícia, se transformou em pura perseguição. Embora tenha silenciado em suas memórias, ele foi impetuoso com operários comunistas, contendo violentamente suas manifestações e entidades. Reproduziu com os seus “inimigos” o que sofreu anos antes, quando foi violentado, preso e exilado do Rio Grande do Norte por causa das suas atividades na organização do movimento operário.

Um dos primeiros atos da polícia chefiada por Café, foi prender o sapateiro José Praxedes: “ele tomou posse no dia 5 de dezembro e a primeira coisa que fez foi mandar me prender” (OLIVEIRA FILHO, 1985). Ficou preso por cerca de 15 dias sem julgamento algum, segundo relatou ao jornalista Moacyr de Oliveira Filho. Por ocasião, de sua segunda passagem pelo cargo de chefe de polícia, Café, agora sob a interventoria de Bertino Dutra (jun. 1932 – ago. 1933), o prendeu novamente, agora queria costurar com Praxedes uma trégua. Posteriormente, o líder comunista foi detido mais uma vez, dessa vez foi deportado do estado. Além dessa perseguição individual, as forças da ordem sob a liderança de Café Filho foram responsáveis pelo desbaratamento de uma entidade trabalhista de orientação comunista, a *União Geral dos Trabalhadores* (UGT).

Essa atuação enérgica contra os comunistas se inseriu numa tentativa de desvinculação do movimento comunista, do qual foi muito ligado anos antes. Assim, contribuiu para o fortalecimento do sindicalismo oficial, promovido pelo governo Vargas, desorganizando entidades concorrentes. Além de sindicatos, Café promoveu

perseguições a jornais de oposição. O jornal paulista *Folha da Manhã*, no dia nove de julho de 1932, publicou um telegrama relatando atos arbitrários praticados pelo então chefe de segurança pública, que ordenou um ataque a redação e as oficinas do jornal oposicionista, *A Tarde de Natal*.

Em suas memórias, esses acontecimentos foram esquecidos. Não comportava na construção de si como “um político opositor perseguido”, se colocar como um chefe de polícia autoritário. Não pretendo aqui fazer qualquer juízo de valor sobre as memórias de Café ou de Praxedes, mas evidenciar que as memórias são construções sociais, que admitem, por um lado, muitos esquecimentos e, por outro, exaltações animadas e exageradas de determinadas ações. Tudo parte de um projeto do “eu” do presente que lembra do “eu” do passado, para projetar uma cristalização de si para o futuro.

A honestidade se estabelece como um valor que foi bastante evocada em suas narrativas. Perpassando por todos os capítulos e acontecimentos da sua vida. Ao dedicar o seu livro a memória do seu pai, se ligou a uma “tradição familiar”, que ele constrói, de honestidade. O seu pai foi construído em sua narrativa como o exemplo perfeito de honestidade e respeito pela coisa pública.

João Café, pai, era um modesto funcionário do Serviço de Fiscalização de Rendas. Austero e firme em suas convicções, segundo as suas lembranças. Evoca o costume do pai de devolver presentes que desconfiasse da intenção de suborná-lo. Também, lembra de que o pai só se locomovia a pé em Natal, mesmo tendo condições de utilizar o serviço de bonde, justificava essa prática, porque discordava da existência de bondes elétricos numa cidade tão pequena (CAFÉ FILHO, 1996, p. 11). Assim, ao construir o personagem do seu pai, abarca para si suas características principais: honestidade e respeito pela coisa pública.

Deste modo, se colocou como alguém probo, que nunca teve ganhos irregulares por suas atividades políticas. Ressaltou que a política nunca garantiu sua estabilidade e o único momento de sua vida que teve segurança financeira, foi quando se tornou Ministro do TCU da Guanabara. Em vários momentos, encontramos descrições de si como essas: “um homem sem fortuna, um político sem partido, um presidente em fim de mandato e até um cardíaco saindo do hospital” (CAFÉ FILHO, 1996, p. 579), se definiu assim durante a mobilização do aparato de segurança das forças armadas, durante o seu impedimento; “[...] sem mandato, sem reservas

financeiras [...] A minha pobreza ao deixar o cargo de Presidente, tem motivado comentários da imprensa, em épocas diferentes” (CAFÉ FILHO, 1996, p. 627).

Homem pobre, que se dedicava a cumprir bem suas atividades, sempre com respeito pela coisa pública. Sob esse signo caracterizou sua passagem pela presidência: utilizando critérios técnicos, não se cercou de amigos, na escolha de seus auxiliares (CAFÉ FILHO, 1996, p. 373-374); ordenou que todas as denúncias de corrupção que atingissem seus assessores e até mesmo familiares fossem investigadas com rigor (CAFÉ FILHO, 1996, p. 407); buscou fortalecer o sistema de mérito e atender a contenção de gastos (CAFÉ FILHO, 1996, p. 409); “Isento de paixões, inspirei-me, para exercer as tarefas sob minha responsabilidade, na consciência de um esforço geral de recuperação, acima das pretensões de partidos. Grupos ou pessoas, infenso a qualquer conduta unilateral” (CAFÉ FILHO, 1996, p. 418).

Enfim, se construiu como um perfeito homem público, honesto e responsável. Mesmo afirmando que não tinha vocação para a política. Ele se colocou como um indivíduo que foi empurrado para vida política: “assim cheguei à política, através da revolta e da revolução, levado a ela pelas circunstâncias, movido por um sentimento de justiça e de solidariedade humana” (CAFÉ FILHO, 1996, p. 78). Tem-se uma construção de si como “homem pobre de origem popular” (CAFÉ FILHO, 1996, p. 400), que se dedicou integralmente a vida política por causa das injustiças que observou ao longo da vida. Ao ler sua autobiografia temos a impressão de que ele nunca ocupa um lugar por vontade própria, mas por circunstâncias maiores que o impelem a agir. Dessa forma, ao organizar os trabalhadores, ao defender pobres no tribunal, ao atuar na imprensa opositora, ao se aliar a “Revolução de 1930”, ao se lançar nas atividades legislativas e ao assumir os cargos de vice-presidente e de presidente, o que o motivava era a defesa dos interesses dos mais pobres e injustiçados. Foi o que deixou evidenciado nas suas memórias.

De certa forma, parece que ele continuamente se colocou como uma espécie de “estrangeiro de si mesmo”⁷, isto é, como se todos os lugares que ocupou não fosse o seu verdadeiro lugar. Ocupou cargos públicos e esteve envolvido ou foi impactado pelos principais acontecimentos políticos da primeira metade do século XX, mas não

⁷ Termo pensado a partir das discussões da obra *Estrangeiros para nós mesmos* (1994) de Julia Kristeva.

era vontade sua ter seguido a carreira que seguiu. No primeiro capítulo de suas memórias, recorda que fora perguntado por jovens, se no tempo em que era criança pensara em ser presidente da república. Ao invés de responder somente não, discorre sobre sua falta de vocação política. Embora, por um lado, em suas memórias, destacasse a sua identidade política em detrimento de qualquer outra, por outro deixa evidente que se sentia pouco à vontade no campo político, como se não fizesse parte daquele lugar: “lutara sempre do lado de fora, em função dos outros. Lutei depois, em função de mim próprio, do lado de dentro, sem que ninguém percebesse” (CAFÉ FILHO, 1996, p. 79).

Apresentar sua carreira política como uma contingência do destino⁸ pode se constituir um recurso retórico para contribuir com a imagem de homem simples sem muitas ambições, que unicamente doou sua vida a uma causa: “[...] encontrei-me atraído para a política, por vias das circunstâncias criadas. À falta de outro líder, procurei interpretar e formular a reação do povo do Rio Grande do Norte” (CAFÉ FILHO, 1996, p. 39). Seu nascimento político tem uma importância bem maior nos seus escritos do que seu nascimento biológico: “Nasci, assim, politicamente nas Rocas⁹, cercado pela polícia numa colônia de pescadores”. Apoteoticamente narrou seu nascimento, um jovem advogado lutando ao lado de pescadores, que buscavam melhorias de vida, arrematando o acontecido da seguinte maneira: “Que instinto de desafio, ombro a ombro com os mais fracos, que ousadia da juventude, sensibilidade social, paixão da justiça, consciência ou inconsciência do perigo me induziram àquele gesto?” (CAFÉ FILHO, 1996, p. 37).

Podemos por outro lado, explicar esse estranhamento de Café Filho como o estranhamento que existe em todos nós, seres humanos (KRISTEVA, 1994, p. 201). Para Júlia Kristeva, somos estrangeiros de nós mesmos, pois o nosso inconsciente seria o estrangeiro que não conhecemos em nós mesmos. Assim, podemos interpretar Café como um ser preso entre dois mundos, que ao mesmo tempo deseja sair e ficar. Ele, pelo menos em suas memórias, fica contido nesse “entre mundos”. Entre o ser que ele realmente queria ser e é (um homem sem vocação política) e o homem com a rica carreira política que ele foi, não por ele, mas pelos pobres e injustiçados.

⁸ Em suas memórias, Café falou da seguinte forma, pondo em dúvida sua vocação política: “A política foi meu destino, não posso negar. Mas terá sido minha vocação?” (p. 8).

⁹ Bairro pobre de Natal, que não possuía uma infraestrutura urbana básica. Esgotos a céu aberto, rua mal traçadas, pequenas casas e barracos sem um mínimo de conforto e doenças faziam parte do dia a dia desse lugar, onde moravam uma parcela considerável dos trabalhadores da cidade.

Constrói assim, em sua “escrita de si”, um personagem que sacrificou sua vocação em nome dos outros, em nome da justiça a favor dos mais pobres.

Dessa maneira, podemos analisar a outra tipificação da qual se serve Café, ele se coloca como um exilado. Pois, esse sentimento de estranhamento que perpassa todo o seu texto, é algo que se estabelece como uma constante nas trajetórias de exilados. As perseguições que Café Filho sofreu ao longo da vida o separou de suas raízes e da sua história. Entre dois mundos, precisou fugir para preservar a própria vida e a liberdade, mas temia o desconhecido, o estranhamento o desenraizamento (ROLLEMBERG, 2007, p. 4). O nosso biografado, vive seus exílios, experimenta o “outro” num lugar que não é seu, mas permanece ligado ao seu lugar, estando longe de “casa” não parou de pensar em “casa”.

Contou suas primeiras experiências de expulsão, ainda durante sua juventude. Por duas ocasiões diferentes precisou fugir do Rio Grande do Norte: (1) em 1923, após articular uma greve geral em Natal, foi perseguido pelas forças de segurança e teve que se refugiar fora do estado para escapar da violência; (2) em 1928, quando sua atuação na organização da oposição levou-o a desentender-se com o governador Juvenal Lamartine, que procurou desarticular o seu trabalho, ordenando que a polícia atacasse os sindicatos e o jornal ligado à sua pessoa. Temendo pela própria vida, se evadiu do Rio Grande do Norte pela segunda vez. Nesse meio tempo, viveu um período na clandestinidade, durante o ano de 1926. Quando evitava uma condenação a prisão, por conclamar, em artigo na imprensa, jovens soldados das forças armadas a não lutarem contra a Coluna Prestes. Viveu algum tempo nos sertões baianos, com o nome de Senilson Pessoa Cavalcanti.

O exílio do Brasil foi narrado no capítulo *A marca do exílio*. Nele, escreveu sobre a escalada autoritária do governo constitucional de Vargas e o clima tenso que contribuiu para agitar o cenário político. Apontou o fortalecimento do integralismo de Plínio Salgado, a divisão das forças democráticas e a situação mundial dominada pelo totalitarismo de Hitler e Mussolini, além, dos interesses de Vargas, como fatores que contribuíram para o golpe de 1937.

Eleito deputado em 1935, se colocou num primeiro momento ao lado do governo, mas gradativamente passou a criticar os excessos da presidência da República. Por suas críticas, teve que se exilar na Argentina para fugir da perseguição varguista, em 1937. Destacou, em seu relato autobiográfico, a situação difícil de viver

como estrangeiro no país vizinho, sem apoio dos amigos e familiares, sofrendo vexações das autoridades policiais de Buenos Aires. Acompanhado por agentes, que o vigiavam de perto, foi tratado como um criminoso desde os primeiros momentos que desembarcou na capital argentina. Suas bagagens foram violentamente vistoriadas. Foi escoltado até o hotel, onde policiais permaneceram vigiando-o durante a noite. Durante o dia era acompanhado por agentes que iam aonde quer que fosse. Foi submetido a um interrogatório minucioso sobre sua vida e atividades políticas, sendo posteriormente fichado como um preso comum.

Surpreendia-se com o tratamento que as autoridades argentinas lhe davam, principalmente por ser portador de um mandato parlamentar. Acreditava que o governo do General Augustin Justo só o concedeu asilo por causa de detalhes técnicos de política internacional, pois o general procurava por todos os meios tornar sua vida no país insuportável. O governo de Vargas, incomodado com as entrevistas concedidas por Café aos jornais argentinos, solicitou aos argentinos a intensificação das medidas restritivas contra ele. O governo argentino, atendendo os pedidos brasileiros, procedeu o seu banimento para a província de Córdoba. Onde teve uma grata surpresa. Governada por um opositorista, foi bem recebido no local, e, finalmente, pode contar com a liberdade que não mais conhecia no Brasil, nem teve em Buenos Aires. Pouco tempo depois sua esposa, Jandira foi viver com ele na Argentina. Porém, problemas financeiros atormentaram o casal. Moravam em lugares baratos, e, muitas vezes, comiam, marido e mulher, a comida para uma única pessoa.

Muitas pessoas do lugar o visitavam. Estudantes, jornalistas, advogados e políticos de diferentes matizes o procuravam e convidava-o para almoços e jantares. Desse modo, definiu o exilado político como “um homem marcado – no bom sentido da notoriedade que o destaca das outras pessoas” (CAFÉ FILHO, 1996, p. 110). Comparou essa conjuntura, com a situação de ser ex-presidente, sempre reconhecido e saudado, impedido de ser um homem comum. Algo que o incomodava bastante.

Na Argentina, era procurado para falar sobre a situação política do Brasil. Buscava se inteirar sobre os acontecimentos do país quando encontrava outros expatriados e por meio da imprensa. Estando na Argentina, permaneceu com os pensamentos voltados para sua “casa”, o Brasil. Os problemas financeiros só majoravam a sua preocupação com o seu futuro retorno ao seu país natal. Da mesma forma, quando se exilou da política permaneceu ligado ao seu antigo “eu” político.

Inclusive, o livro *Do sindicato ao Catete*, se estabelece como o exemplo de que mesmo afastado do fazer político, continuava pensando na política, pois suas memórias são majoritariamente do período que atuou politicamente.

Rollemberg evidencia outro ponto importante para se pensar exílio, que é o seu agenciamento político feito pelos expatriados, ao enfatizar os aspectos negativos da experiência do exílio (ROLLEMBERG, 2007, p. 2). Esse destaque tem ligação com uma construção política da memória. Lembrar dos aspectos negativos faz com que o indivíduo consiga agenciar uma imagem que o faz um articulador importante no jogo político. Isso não se dá de forma natural, mas por meio de batalhas entre diferentes versões e conflitos pelo poder de enunciar uma determinada memória. Nesse ponto, voltamos ao nosso biografado, pois ele ao longo de sua trajetória política vai agenciar uma memória de perseguido e exilado por meio dos seus discursos e ações. É evidenciado politicamente “os males da ausência”¹⁰, de como ele sofreu por causa de um regime autoritário e repressor.

Considerações finais

Quando Café Filho escreveu suas memórias, na década de 1960, o fez na qualidade de ex-presidente, que buscava cristalizar uma determinada memória de si. Preocupava-se com as diversas interpretações sobre seu governo, por isso queria dar “um relato pessoal e real” dos acontecimentos que o tirara do poder. Por isso, *Do sindicato ao Catete* se originou dessa necessidade de explicação que o Café no final da sua vida biológica se impunha.

Quem escreveu foi o “eu” do presente que lembrou do “eu” do passado e o ressignificou na narrativa. Gonçalves nos alerta que o “ato de narrar é uma forma de outorgar sentido à experiência e, ao fazê-lo, dar forma ao passado, ao presente e ao futuro, por trabalho de memória” (GONÇALVES, 2020, p. 83-84). Cria-se identidades. As memórias de Café Filho têm o objetivo político de perpetuar uma identidade monumentalizada por ele mesmo. A escrita “forja”, por meio da tensão entre lembrar e esquecer, um personagem, que ficará para sempre, pelo menos é o que acredita o escritor. Seria como se ele organizasse a sua entrada para eternidade.

Mas esse “eu” não é único, homogêneo e imutável. Pelo contrário, como afirmou a Sabina Loriga, se constitui como “uma entidade frágil, que se desenvolve

¹⁰ Título do livro *Os Males da Ausência ou A Literatura do Exílio* (1998) de Maria José Queiroz.

na relação com os outros” (LORIGA, 2011, p. 218-219). Nas biografias, o pesquisador, tem o trabalho de tentar recuperar essa fragmentação do “eu”. De buscar essa incompletude dos sujeitos, que são influenciados também por suas experiências sociais, contextos e pela casualidade. Embora os indivíduos sejam únicos, singulares, eles se encontram intimamente ligados a um contexto social e temporal. Eles se estabelecem como produtos de sua época ao mesmo tempo em que influenciam a sua sociedade. Indivíduo e sociedade interagem e se transformam mutuamente.

Ao se inscrever como um político que sofreu perseguições, violências e exílios, Café Filho buscou dar sentido a sua vida. Criando uma narrativa coerente, com começo, meio e fim. *Do sindicato ao Catete* foi o último ato do seu exílio da política. Mesmo afastado da vida política, não conseguiu sair dela definitivamente. Era um ser cindido entre dois mundos. Como todo exilado, um estrangeiro que sentia desconforto no lugar no qual se encontrava. Estava longe da política, mas o seu livro se constituía num retorno a sua antiga vida para significá-la e oferecer um personagem de si para aqueles que tinham interesse na vida íntima de um homem que foi atuante nos principais acontecimentos políticos da primeira metade do século XX.

Artigo recebido em 4 de abril de 2021.

Aprovado para publicação em 25 de maio de 2021.

Referências

BOURDIEU, Pierre. A ilusão bibliográfica. In: FERREIRA, Marieta de Moraes & AMADO, Janaina (org.). *Usos e abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: FGV, 1996.

CAFÉ FILHO, João. *Do sindicato ao Catete: memórias políticas e confissões humanas*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1966.

DOSSE, François. *O desafio biográfico: escrever uma vida*. São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 2009.

ELIAS, Norbert. *A sociedade dos indivíduos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

ELIAS, Norbert. *Mozart: sociologia de um gênio*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995.

FRANZINI, Fábio. “Escrever textos, editar livros, fazer história: a coleção documentos brasileiros e as transformações da historiografia nacional (1936- 1960)”. *Revista Tempo e Argumento*, v. 5, n. 9, Florianópolis, 2013, p. 24-45.

GOMES, Ângela de Castro. Escrita de si, escrita da História: a título de prólogo. In: GOMES, Ângela de Castro (Org.). *Escrita de si, escrita da História*. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

GONÇALVES, Marcia de Almeida. A morte e a morte da biografia. In: OLIVEIRA, Rodrigo Perez; SILVA, Daniel Pinha. (org.). *Tempos de Crise. Ensaios de História Política*. 1ed. Rio de Janeiro: Autografia, 2020, p. 63-92.

KRISTEVA, Julia. *Estrangeiros para nós mesmos*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

LEVI, Giovanni. Usos da biografia. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADA, Janaína (org.). *Usos e abusos da história oral*. Edição 2, Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.

LORIGA, Sabina. *O pequeno X: da biografia à história*. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

OLIVEIRA FILHO, Moacyr. *Praxedes, um operário no poder: a insurreição de 1935 vista por dentro*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1985.

PORTELLI, Alessandro. Sonhos Ucrônicos: memórias e possíveis mundos dos trabalhadores. *Projeto História*, São Paulo, n.10. dez. 1993. p. 41-58.

PORTELLI, Alessandro. Tentando aprender um pouquinho: algumas reflexões sobre a ética na história oral. *Projeto História*, São Paulo, n.15. abr. 1997. p. 13-49.

QUEIROZ, Maria José. *Os Males da Ausência ou A Literatura do Exílio*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1998.

ROLLEMBERG, Denise. Entre raízes e radares, o exílio brasileiro (1964-1979). *XI Jornadas Interescuelas/Departamentos de Historia*, Departamento de Historia, Facultad de Filosofía y Letras, Universidad de Tucumán, San Miguel de Tucumán. 2007.

SCHMIDT, Benito Bisso. *Grafia da vida: reflexões sobre a narrativa biográfica*. História Unisinos, v. 10, n.8, São Leopoldo, jul-dez, 2004. p. 131-142.

SOUZA, Adriana Barreto de; LOPES, Fábio Henrique. Entrevista com Sabina Loriga: a biografia como problema. *História da Historiografia*, n. 9, Ouro Preto, 2012, p. 26-37.

TODOROV, Tzvetan. *Los Abusos de la Memoria*. Barcelona: Editorial Paidós, 2000.